

ATA DA VIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 11-4-2022.

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Laura Sito, Leonel Radde, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Bruna Rodrigues, Cezar Schirmer, Cintia Rockenbach, Cláudia Araújo, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Jonas Reis, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Mônica Leal e Ramiro Rosário. A seguir, o Presidente informou o não comparecimento de representantes do Instituto Porto-Alegrense de Arte-Educação, que ocuparia a Tribuna Popular na presente sessão. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Daiana Santos, Leonel Radde e Claudio Janta. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciou-se Gilson Padeiro. Em continuidade, por solicitação de Mônica Leal, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Iole Perin da Cunha. Às quinze horas e dois minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi APROVADO requerimento de autoria de Claudio Janta, solicitando o adiamento, por uma sessão, da votação do Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 004/21 (Processo nº 0680/21), por VINTE VOTOS SIM e NOVE VOTOS NÃO, em votação nominal solicitada por Claudio Janta, tendo votado sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Schirmer, Cintia Rockenbach, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely e Ramiro Rosário e votado não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Em votação, foram APROVADOS os Requerimentos nºs 039 e 051/22 (Processos nºs 0182 e 0231/22, respectivamente). Em discussão geral e votação nominal, foi APROVADO o Projeto de Lei do Executivo nº 001/22 (Processo nº 0020/22), por TRINTA VOTOS SIM, tendo votado Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cezar Schirmer, Cintia Rockenbach, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pedro Ruas e Ramiro Rosário. Às quinze horas e dezesseis minutos, a Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Idenir Cecchim,

Jonas Reis, Matheus Gomes e Aldacir Oliboni, este em tempo cedido por Kaká D'Ávila. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Matheus Gomes e Alexandre Bobadra. Foram apregoadas as Emenda n^{os} 01 e 02, assinadas por Jessé Sangalli, ao Projeto de Lei do Legislativo n^o 056/21 (Processo n^o 0188/21), e foi apregoadado requerimento de autoria de Jessé Sangalli, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essas emendas. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1^a sessão, os Projetos de Lei do Legislativo n^{os} 156, 180, 236 e 615/21 e 106/22, os Projetos de Lei do Executivo n^{os} 007 e 009/22 e os Projetos de Resolução n^{os} 007, 008 e 009/22; em 2^a sessão, os Projetos de Lei do Legislativo n^{os} 011/20, 574 e 623/21, 003, 093 e 103/22 e os Projetos de Resolução n^{os} 045/21 e 003/22. Às quinze horas e cinquenta minutos, nada mais havendo a tratar, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Idenir Cecchim e Mônica Leal. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pela 1^a Secretária e pelo Presidente.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Boa tarde. A entidade inscrita na Tribuna Popular não compareceu.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação do Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saudando o nosso Presidente da Casa, Ver. Idenir Cecchim, saúdo todos os colegas vereadores e vereadoras, uma boa semana, a Semana Santa, uma semana importante também para que os cristãos possam fazer uma reflexão sobre o que acontece na vida de cada um ou, mais do que isso, o que nós gostaríamos de ter como uma boa notícia para os brasileiros e brasileiras. Parece-me que tudo que a gente ouve de Brasília, Ver. Mauro, acaba nos decepcionando, porque os conchavos políticos acabam de uma certa forma se reproduzindo nos estados e municípios e fragilizando a relação dos vereadores com o Poder Executivo, ou do Poder Executivo com o Legislativo e assim por diante. O arrumar das cadeiras no Congresso Nacional acaba se reproduzindo na vida dos cidadãos e cidadãs no seu município e no seu estado. É claro que não foi diferente, olhem só o que aconteceu nessa última semana. Imaginava-se que se abriria uma CPI para investigar, é óbvio, o que aconteceu no Ministério da Educação, e me parece que o Congresso não tem o número de adesão necessário para abrir a CPI. Lamentavelmente! Depois do que nós ouvimos, os escândalos produzidos e divulgados pela Rede Globo de televisão e outras emissoras, que era óbvio que haveria uma Comissão Parlamentar de Inquérito para poder, então, chamar não só os prefeitos que estão denunciando que queriam uma propina para liberar ou para receber determinado recursos, também outros prefeitos que receberam inúmeros recursos para poder operacionalizar a política do seu município. Mas é claro, alegam que eles não deram propina para o pastor, aquele que vocês sabem qual é, não precisa aqui estar dizendo, mas que infelizmente o jogo entre, seja ele deputado federal, seja ele pastor de uma determinada igreja, com todo respeito, infelizmente, jogava com um

enorme poder de influência dentro do governo, no Ministério da Educação, para poder receber mais recursos do que os outros, e interferir, vamos dizer assim, no orçamento do Ministério da Educação. Vai passar, como tantas outras CPIs não realizadas, não investigadas, e o povo não ficar sabendo por dentro do que aconteceu com esses recursos mal direcionados, eu diria. Então, para nós, o Congresso Nacional, o governo federal não serve como exemplo, pelo contrário, o povo está indignado com a política, é pelos maus exemplos de Brasília, pelos maus exemplos do governo federal, muitos deles inclusive, barganhando para que os estados mais próximos desse governo irresponsável e incapaz, que não sabe, enfim, fazer uma gestão adequada e cumprir as normas constitucionais que a própria Constituição permite, acaba trabalhando com *lobby*, e com a influência de alguns que dizem ter mais poderes, como é o “centrão” dentro do Congresso Nacional. Eu queria aqui no espaço de liderança da oposição dizer da importância que tem sim de os cidadãos e cidadãs poderem perceber e fazer uma leitura adequada do que acontece no Congresso é muito, mas muito diferente do que acontece aqui na nossa querida capital e possivelmente em todos municípios do Brasil afora. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Ver. Oliboni, imagine V. Exa. como está o povo de São Paulo. A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores e vereadoras, eu subo a esta tribuna, neste tempo de comunicação de liderança, para fazer algumas indagações, prezado Ver. Gilson Padeiro, referente à ampliação dos leitos das UTIs para crianças entre zero e seis anos. Nós solicitamos, na verdade, já fizemos isso e protocolamos na última sexta-feira um pedido de informação para que a nós venha a informação correta, exata, a respeito disso, que agora é muito importante, levando em consideração que, nos últimos dois anos, as crianças estiveram ausentadas das escolas, enfim, de um convívio, enquanto comunidade escolar, o que impacta muito nesse cuidado com a saúde. Também, para falar sobre esse pedido de providências, a gente precisa falar sobre o desmonte na Atenção Básica, porque isso, de fato, tem uma relação direta com a prestação de serviço no cuidado, uma vez que as UTIs estão lotadas, as urgências e as emergências estão lotadas. E isso é impacto, primeiro, dessa desconstrução, mas também da desinformação, porque as pessoas, na hora do desespero, vão direto para as emergências, fazendo com que, lá, esteja, agora, o período mais crítico dessa sobrecarga. Esse pedido que nós fizemos, ele fala justamente do que a Secretaria Municipal de Saúde vai fazer neste momento. Quais os encaminhamentos e esclarecimentos referentes a isso? Então, os pontos são, primeiro de tudo, ampliação em, no mínimo, 25% dos leitos pediátricos das UTIs para dar conta dessa demanda que vem aumentando de forma muito expressiva. É algo que ali, na frente, vai colapsar, caso a gente não tome as medidas devidas neste momento

específico. E segundo, a realização de iniciativas a fim de garantir a ampliação da cobertura vacinal, especialmente, para a gripe para as crianças entre seis meses e seis anos. Eu falo da vacina, e aqui, nesta Casa, nós já tivemos grandes embates por conta da negação, primeiro, da ciência e, depois, da vacina. É um absurdo, porque a vacina salva as vidas; definitivamente, a gente, olhando para um cenário como este, num período muito recente pós-covid, talvez, a gente possa até trazer dessa forma, sendo que a vacina salvou muitas e muitas vidas, e infelizmente por conta também - acho que isso já foi trazido aqui, por colegas meus, anteriormente - dessa relação direta com a corrupção relacionada especificamente à compra de vacinas. Isso, é preciso dar o tom, porque num Estado que não prioriza as vidas, obviamente, a conta vem e vem muito cara e, para uma parcela significativa desta sociedade que não tem informação sequer para questionar esse movimento; então, esse é um outro ponto. E o último, e não menos importante, é que a gente possa organizar ações, com este Programa da Saúde da Família, especialmente, com as mães nas periferias, nas comunidades, nesses espaços, onde a informação, de fato, ela acaba chegando sempre distorcida, para que a gente possa priorizar essas ações voltadas para a vacinação. Isso é necessário. Acho que devemos também, minha nobre colega vereadora, trabalhar numa perspectiva de união com a educação, para que isso seja ampliado dentro das escolas, para que essa vacinação seja garantida. Então, fica aqui o nosso questionamento, a nossa indagação, à Secretaria Municipal da Saúde, para que nos deem uma resposta, mas uma resposta adequada, efetiva, que, em definitivo, traga para nós o mínimo dessa relação de construção com esse projeto da Atenção Básica, que vem há muito sendo desconstruída, e aí a gente pode falar, inclusive, da redução dos agentes comunitários, pois é preciso falar sobre isso. Se a gente está falando da saúde, falemos então da saúde num contexto mais amplo, mas fazer isso a fim de elucidar essas questões e de trazer propostas reais para mudança desse cenário, que é caótico e coloca as vidas das crianças em risco. E assim finalizo. MUITÍSSIMO obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente, boa tarde colegas vereadores e vereadoras, público que nos assiste na TVCâmara e nas redes sociais, eu quero fazer um alerta para a população de Porto Alegre. Nós estamos, nesse momento, passando por uma nova endemia, que envolve a dengue. Ninguém tem falado sobre isso da forma como esse assunto tem que ser tratado. Temos uma situação dramática, envolvendo diversos bairros da capital, que não têm nenhum tipo de respaldo por parte da nossa Prefeitura. É importante que tenhamos a compreensão e ação imediata da Prefeitura de Porto Alegre, dos agentes de endemia, porque isso tem uma correlação com o que foi feito na nossa cidade, com a desestruturação dos órgãos de saúde. Então, faço um pedido, aqui, ao Prefeito Sebastião Melo, ao Secretário Mauro

Sparta, para que nós tenhamos uma campanha sendo realizada. Ela pode começar pela Câmara Municipal, pelos nossos canais da Internet, mas uma campanha coordenada, para alertar a população do que está acontecendo na nossa capital, que não se resume somente a nossa capital, que se amplia para todo o Brasil com um crescimento de mais de 80% dos casos. Esse é um dado alarmante, que está causando problemas nos hospitais neste momento. Trago esta reflexão em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, saúdo o nosso líder da oposição, Oliboni; Laura Sito, Ver. Jonas. Eu tenho convicção de que a nossa bancada também está junto nessa luta pela saúde pública e pela saúde dos porto-alegrenses e de toda a população que reside em Porto Alegre. Não sei o que tem acontecido, porque eu lembro que, alguns anos atrás, as campanhas aconteciam o tempo inteiro, e, desta vez, não estamos vendo nada vinculado a essa situação grave da dengue. Chamo a atenção também, já que estamos falando em meio ambiente, que temos novamente situações dramáticas no nosso País, estiagem e enchentes cada vez mais frequentes. Isso também possui relação com o descaso com o meio ambiente. Todo dia chega uma denúncia envolvendo algum desvio em algum ministério envolvido com o governo Bolsonaro. Temos denúncias de superfaturamento de ônibus, agora, a construção de mais de duas mil escolas que não existem, que não saíram do papel e foram autorizadas pelo governo Bolsonaro. Temos o caso também das barras de ouro, temos o caso envolvendo o filho 04 do Presidente genocida, e vai pipocando, todo dia pipoca uma nova denúncia, todo dia pipoca uma nova demonstração da situação em que o País se encontra e que nos levou, até aqui, à desestruturação do meio ambiente, à desestruturação da saúde e ao retorno de antigas doenças que já estavam retiradas do mapa do nosso País. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Gostaria de registrar a presença do Ver. Antonio Arilene Pereira, oito mandatos de vereador em Guaíba. Bem-vindo, vereador.

O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): (Procede à apresentação de uma música.)

Muito bem, vereador, sabem o que é isto aqui? É uma dose de maconha que estou colocando para os colegas, à disposição. Temos cocaína, LSD, Pervitin, Artane, *crack* e todas as drogas disponíveis. Essa é nova moda que está sendo alertada nas escolas do nosso Município, escolas infantis, escolas de todos os níveis, que se chama I-doser. Tem mais de seis rádios já no YouTube, e nós queremos ver a interferência do Ministério Público na área da criança e do adolescente, a interferência do Ministério Público na área da Saúde, a interferência da Justiça, do Supremo Tribunal, dos tribunais, para tirar essas rádios de circulação. Os vereadores devem ficar assustados, a população que nos ouve. Agora inventaram mais uma, o Ver. Janta tinha não como fazer, além do seu tamanho, para chamar atenção. Inventaram, Ver. Medina, a droga

que tu botas no ouvido, e é assim que funciona. Hoje está disponível para os nossos jovens e adolescentes, como volto a dizer, a maconha, a cocaína, o *crack*, o LSD, a heroína, as drogas sintéticas, através de uma percepção musical, que pessoas altamente inteligentes poderiam ter usado isso para ajudar as pessoas a melhorar algumas coisas. A primeira rodada do I-doser é gratuita, você entra nas páginas e escuta com fone de ouvido, porque a frequência mais forte entra no ouvido da esquerda e a outra entra no ouvido da direita, causando uma dependência lá na frente; não é uma dependência química, como as outras causam, mas uma dependência psicológica e neurológica dependência psicológica e neurológica.

Os defensores dizem que ela pode ser usada contra dor, pode ser usada contra depressão, pode ser usada contra TAG, uma série de outros distúrbios. Está comprovado que a I-doser nada mais é que um placebo, não resolve nada dessas questões neurológicas da vida da pessoa. Ela é uma frequência de ondas diferentes que tem binaurais que tem que ser usada com fones de ouvido. E muitas vezes os pais não percebem isso, chegam no quarto está a criança com os fones de ouvido e acham que está vendo o YouTube, achando que está vendo algum programa que hoje em dia é frequente. Desenhos para minha filha, com quatro anos de idade, são os do YouTube, como Lucas Neto, Patati Patatá, uma série de coisas que hoje seriam os desenhos. Quando vemos, o teu filho está recebendo essas ondas dentro do cérebro, o que não causa, o que causa a droga real, a dependência química, a dependência física, mas causa uma dependência psicológica e neurológica.

Então, nós viemos aqui, em nome do Solidariedade, fazer um alerta a todos pais, fazer um alerta a esta Casa que a gente possa exigir uma intervenção maciça dos poderes públicos, principalmente dos poderes de justiça para tirar do ar no Brasil, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, esses *sites* que vêm com o intuito de ser rádios – os colegas, se procurarem no YouTube, vão encontrar a I-doser – e que nada mais é do que ondas binaurais que dão o efeito nas crianças, adolescentes e jovens de escolha. Volto a afirmar a possibilidade de escolha, pode escolher entre a maconha, o craque, a cocaína, o LSD, o pervintin, qualquer coisa dessa.

É importantíssimo nós ficarmos atentos, viemos fazer esse alerta aos colegas porque esta insignificante música, volto a colocá-la, nada mais é do que uma dose de maconha entrando nos nossos ouvidos, como não estamos com os fones de ouvido, nada vai nos causar. Mas com os fones de ouvido começa uma sequência de ataque psicológico e neurológico do cérebro das crianças semelhante à maconha. Muito obrigado, presidente. Agradeço a todos que me escutaram atentamente

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, vereador. Isso é um alerta importante; temos que ficar atentos, sim.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Gilson Padeiro está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Boa tarde, Presidente Idenir Cecchim, quero cumprimentar todos os vereadores, a todos que nos assistem pela TVCâmara, e uma saudação especial à bancada do PSDB, Ver. Kaká D'Ávila, meu presidente municipal, Ver. Moisés Barboza, Ver. Ramiro Rosário. Subo aqui hoje nesta tribuna para falar sobre um projeto muito importante que está em tramitação nesta Casa. A proposta define que as escolas municipais e conveniadas mantenham fechados os portões durante o período de aula. A medida, certamente, vai trazer mais tranquilidade para os pais e para toda a comunidade escolar. O meu gabinete recebeu diversos relatos de pais, mães, professores e funcionários, preocupados com situações de segurança que envolvem as instituições de ensino, em especial compartilho com vocês aqui, hoje, Ver. Moisés, o caso que aconteceu em uma escola da Zona Sul da capital, em Belém Novo, onde uma criança de três anos encontrou o portão da escola aberto, saiu pela rua que é movimentada, e quase foi atropelada por um ônibus. O caso deixou a família e a direção em choque, preocupados, principalmente, os pais que deixaram sua criança na escola, esperando chegar ao final do dia para busca-la com tranquilidade. O projeto tem o objetivo de garantir essa tranquilidade para toda a comunidade escolar, Ver. Pedro Ruas. Causa-me grande tristeza lembrar de casos que ocorreram em outros locais do Brasil e que mancharam a vida de muitas famílias. Recordo aqui, para todos os vereadores desta Casa, sobre a escola de Realengo, no Rio de Janeiro, em 7 de abril de 2011, que teve 12 vítimas porque o portão estava aberto. O caso da creche de Janaúba, em Minas Gerais, em 5 de outubro de 2017, que deixou como vítima oito crianças e uma professora. Por último, o caso de Saudades, em Santa Catarina, que, no ano passado, vitimou três crianças e duas funcionárias. São casos muito tristes que ocorreram aqui, além de outras situações que se espalham pelo mundo. Por aqui, o objetivo do projeto é prevenir, evitar que tragédias como essas e outras aconteçam. Uma iniciativa que busca garantir a segurança das nossas crianças e jovens. O Ver. Claudio Janta, agora, fez uma intervenção falando sobre drogas digitais, mas nós temos que nos preocupar também com os portões abertos, que acabam adentrando nas escolas muitas pessoas com drogas, como cocaína, *crack*, maconha, para comercializar nesses espaços.

É importante destacar que o projeto não causa nenhum tipo de custo adicional ao Município, ou para a instituição de ensino. O que a proposta exige é que o portão seja fechado durante o período de realização das atividades escolares, isso pode ser feito pela mesma pessoa que abre pela manhã e fecha antes de sair, sem causar custo adicional nenhum. Além disso, Ver.^a Mônica, a proposta não exclui outras necessidades que as instituições municipais de ensino podem ter, como a contratação de professores e materiais para a execução das atividades. É simplesmente um projeto para garantir a segurança e a tranquilidade das crianças, pais, professores e funcionários, para evitar e prevenir que não ocorram tragédias que marquem a história das nossas famílias porto-alegrenses. Além disso, hoje, que é o Dia Mundial da Conscientização da Doença de

Parkinson, quero deixar registrado o destino das minhas emendas impositivas para a saúde de Porto Alegre. Grande parte desse valor será destinado para cuidar das nossas pessoas, para a saúde da base, dos postinhos, nos bairros, administrados pela Associação Hospitalar Vila Nova, em que destinei R\$ 683 mil. Toda a emenda impositiva destinada para a Saúde foi para essa instituição, que é o Grupo Hospitalar Vila Nova. Foram R\$ 683 mil para qualificar a estrutura desses espaços que ajudam as comunidades; também destinamos uma parte para atender ao Instituto do Câncer Infantil. Eu queria agradecer pelo espaço, Presidente Cecchim, e uma boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da Sr.^a Iole Perin da Cunha, pediatra, esposa do médico Franklin Cunha, mãe do Rodrigo e do Paulo e avó de quatro netos.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

(A Ver^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h02min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO NOMINAL

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

2º TURNO

PROC. Nº 0680/21 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 004/21, de autoria do Governo Municipal, que altera o inc. II do art.43-A, o inc. I do § 8º e o inc. I do § 10 do art. 43-B, o inc. I do § 2º e o § 4º do art. 43-C e inclui o artigo 43-H, na Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, que trata da aposentadoria ao servidor abrangido pelo Regime Próprio de Previdência Social. **(SEI 118.00200/2021-79)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relatora Ver^a Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Idenir Cecchim: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;

- da **CUTHAB**. Relator Ver. Cassiá Carpes: pela aprovação do Projeto e da Emenda n° 01;
- da **CECE**. Relator Ver. Giovane Byl: pela aprovação do Projeto e da Emenda n° 01;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Alvoni Medina: pela aprovação do Projeto e da Emenda n° 01;
- da **COSMAM**. Relatora Ver^a Psicóloga Tanise Sabino: pela aprovação do Projeto e da Emenda n° 01.

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CECE, CUTHAB, CEDECONDH e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Mauro Pinheiro: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação das Emendas n^{os} 02 e 03 e, quanto ao mérito, pela rejeição das Emendas n^{os} 02 e 03.

Observações:

- Emendas n^{os} 01, 02 e 03 rejeitadas no 1º turno de votação;
- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA, em ambos os turnos – art. 130 do Regimento da CMPA;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- 1º turno de votação em 22-12-21.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação, em 2º turno, o PELO n° 004/21. (Pausa.)

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Presidente, solicito o adiamento da votação do PELO n° 004/21, por uma sessão, e que seja a primeira matéria a ser apreciada na ordem de priorização de quarta-feira.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, é uma consulta inclusive à Diretoria Legislativa: encerrada a discussão, pode pedir o adiamento?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em relação à votação, sim, vereador. Votação pode ser adiada.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Claudio Janta, o requerimento de sua autoria.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.) Sra. Presidente, 20 votos **SIM** e 09 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): APROVADO o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 039/22 – (Proc. nº 0182/22 – Ver. Ramiro Rosário) – requer seja o período de Comunicações do dia 16 de maio destinado, a assinalar o transcurso dos 50 anos do Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas da 4ª Região. **(SEI 197.00302/2022-04)**

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento nº 039/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 051/22 – (Proc. nº 0231/22 – Ver. Ramiro Rosário) – requer a realização de Sessão Solene no dia 19 de abril, destinada à entrega da Comenda Porto do Sol à Igreja Evangélica Luterana do Brasil – IELB. **(SEI 197.00359/2022-03)**

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento nº 051/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0020/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 001/22, que concede o título de Cidadã de Porto Alegre à senhora María Benjumea. **(SEI 118.00046/2022-16)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Felipe Camozzato: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Giovane Byl: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;

- incluído na Ordem do Dia em 11-04-22.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLE nº 001/22. (Pausa.) Não havendo quem queira discutir. Em votação nominal o PLE nº 001/22. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.) Sra. Presidente, 30 votos **SIM**.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): APROVADO o PLE nº 001/22.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h16min: Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Idenir Cecchim, presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (PP): Obrigado, Ver.^a Mônica Leal, presidindo os trabalhos. Presidente deveria ouvir e falar pouco, mas eu faço questão de vir aqui, nesta segunda-feira, iniciando a Semana Santa, copiando o meu colega Oliboni, que é o nosso Jesus Cristo do Morro da Cruz, para dizer que é uma semana importante, sim, para Porto Alegre. É uma semana importante para nossa cidade, para os católicos, para os cristãos, e V. Exa. desempenhou e desempenha um papel importante, trazido de casa, de Sanandúva, para a cidade de Porto Alegre.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Nobre presidente, Ver. Idenir Cecchim, que neste momento usa o período de Comunicações e faz uma provocação por causa de um evento importante na nossa querida Porto Alegre. São 62 anos! Sexagésima segunda Via Sacra do Morro da Cruz; dois anos sem realizá-la em função da pandemia, e agora com recursos de emendas impositivas, do governo também, este evento volta, de uma forma um pouco diferente. Mas é importante que as pessoas que acreditam em Deus, que, enfim, tenham um momento de fazer o seu agradecimento, a sua reflexão. Eu creio que a Semana Santa é uma excelente oportunidade para nós, cristãos, como são outras semanas e dias para outras religiões. É importante o senhor falar nisso, porque, obviamente, o senhor vai estar lá, o Prefeito Municipal também, é um evento da cidade, inclusive está dentro do programa do aniversário da cidade, dos 250 anos. Esperamos que todos que acreditam em Deus – e até os ateus, porque não – possam estar lá que é um momento de reflexão. Obrigado, Cecchim.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, vereador. Ontem também tivemos a Corrida de São Jorge, na Igreja São Jorge, Ver.^a Mônica, onde tivemos a caminhada de São Jorge e depois a corrida, de três e cinco quilômetros. O Ver. Schirmer estava preparado, mas teve uma pequena lesão muscular e não pode comparecer. Corremos lá um pouquinho para representar toda a Câmara de Vereadores e a comunidade São Jorge, que é a segunda maior procissão da nossa cidade. Também, neste ano, fará procissão como era antes; que bom que nós podemos tirar as máscaras, quem quiser tirar, que bom que se pode fazer novamente essas procissões de fé, eu digo, caminhadas da fé, as procissões, de uma maneira presencial, de uma maneira alegre, em que se faz os cantos religiosos – claro que cada um com a sua religião. Mas o importante, neste momento difícil da humanidade, em que ainda temos guerras, carnificinas, como estamos assistindo, que bom que nós possamos referenciar a nossa fé, referenciar a Jesus Cristo, com essas procissões de verdadeiras multidões. Santa Maria, ex-prefeito daquela terra, tem uma grande procissão e, em Porto Alegre, nós temos duas grandes procissões: a de Nossa Senhora dos Navegantes e a da Igreja São Jorge, que será, sem dúvida nenhuma, um reencontro das pessoas, da população com a sua fé. São Jorge é um padroeiro de algumas religiões, é um santo valente em todas as religiões. São Jorge, com o seu cavalo, pregou naquela região da Capadócia e passou a ganhar o mundo com a sua fé, com a sua coragem, e, por isso, nós estamos aqui falando desta procissão sensacional, porque ela é de multidões com São Jorge, com o santo padroeiro da Igreja São Jorge. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, eu venho mais uma vez até esta tribuna para cobrar explicações, porque o povo não tem acesso a direitos nesta cidade. A realidade é que está sobrando dinheiro no caixa da Prefeitura e faltam projetos. Sim, faltam projetos para a cidade, projetos para abraçar os cidadãos em várias áreas. Eu quero mostrar, aqui, um vídeo, desde o início, para vocês verem a situação por que passa quem paga o imposto em dia durante muito tempo e fica na fila, não consegue ser atendido. Isso é escandaloso. Como pode o governo deitar a cabeça no travesseiro e dormir toda a noite, quando pessoas desse jeito estão na capital sem acesso ao mínimo, sem acesso aos direitos básicos?

(Procede-se à apresentação.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): São cidadãos, cidadãs, na porta da Defensoria Pública. Ficamos três horas reunidos no Núcleo de Tutelas Coletivas, e uma dessas cidadãs que está ali está há 16 anos aguardando uma cirurgia na coluna. Outra, está há quatro anos aguardando. Um cidadão está aguardando, com sonda na sua bexiga,

há oito meses, uma consulta para encaminhamento. Esta a cidade de Porto Alegre, esta é a saúde do Prefeito Melo. E mais ainda, nós vimos no vídeo, que é importante mostrar, uma criança autista, de 13 anos, que ficou vários dias deitada no chão do Postão do IAPI, porque não tinha atendimento, não tinha leito. Sobra R\$ 1 bilhão no caixa da Prefeitura, mas não tinha leito para esta criança. Foi noticiado.

E mais ainda, olhem só o problema: três torneiras diferentes dentro do Hospital de Pronto Socorro sem água! Se eles não conseguem nem consertar as torneiras, como é que eles vão consertar o telhado do HPS que chove sempre na cabeça dos pacientes? Já mostramos aqui várias vezes, isso foi noticiado. Essa é a saúde. Inclusive, faltam funcionários. É muito grave não conseguir higienizar as mãos para atender os pacientes, porque não se consegue fazer a manutenção do hospital. Que competência é esta, gestora? Falta gestão.

Por último, nós mostramos os ônibus da capital, hiperlotados, porque, durante a pandemia, várias linhas foram encerradas, várias linhas foram retiradas. Era um direito do povo e ele perdeu, principalmente os morros, as zonas periféricas não têm mais as suas linhas, as linhas alimentadoras. Na Escola Rincão, os professores não conseguem chegar no horário para dar aula, porque não tem mais a linha no horário que tinha antes. A culpa não é dos professores e, nesse caso, não é nem da Secretaria da Educação, nesse caso, é da EPTC, que está sendo conivente com os empresários. É uma vergonha, agora é só ganhar dinheiro e o cidadão perde espaço, perde recursos, perde aquilo que tinha conquistado com muita luta nesta cidade, lutando para garantir serviço público, e a saúde está aí com centralização e centralização. Por isso, a média de tempo de espera nas filas de especialidades nesta cidade é de dois anos, porque eles só nomeiam clínico geral. Eles estão querendo tirar a ginecologista do Posto de Saúde Vila Elizabeth, eles acham que as pessoas não precisam de gineco nos postos de saúde. Eles centralizam, ao invés de atenderem a população no seu bairro. As pessoas não têm dinheiro para pagar esta passagem cara que o Melo quer colocar a R\$ 5,70. Está tudo errado, está tudo virado! O governo está equivocando deixando a população à espera, não pode. Como aquelas senhoras ficarem quatro anos esperando por uma cirurgia, inclusive a que está há 16 anos esperando já está com problemas de saúde mental, porque não aguenta mais. Então, queria pedir sensibilidade ao governo para que pudesse acolher a cidadania, e o dinheiro está em caixa, prefeito Melo. Faça projetos, implemente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Obrigado, Ver.^a Mônica, que preside os trabalhos; quero cumprimentar a todas e todos presentes, público que nos assiste. Eu gostaria de iniciar este meu período de Comunicações trazendo um tema de suma importância para os vereadores, servidores, para o público que frequenta a

Câmara de Vereadores. Eu recebi, hoje pela manhã, uma ligação no meu gabinete que me preocupou bastante, fui comunicado que vários servidores estavam reclamando à diretoria geral da Câmara de Vereadores devido às ações de segurança que voltaram a ser implementadas na manhã de hoje, corretamente – é importante que a gente frise a necessidade de estabelecer parâmetros de segurança na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, depois da sequência de ameaças que vários vereadores e vereadoras desta Casa receberam no ano passado. As questões foram explícitas, nós debatemos aqui, repercutiu na imprensa, reuniões foram feitas com a Secretaria de Segurança Pública, com o comando da Polícia civil, e a principal orientação apresentada à Câmara de Vereadores era o estabelecimento de medidas de segurança na Casa.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Quero apenas reforçar o pronunciamento de V. Exa., Ver. Matheus Gomes, dizendo que eu tenho certeza absoluta que esse tipo de posição não representa a maioria da Casa, das servidoras e dos servidores. Aquilo que V. Exa. denuncia, com razão, é um erro articulado e programado. Parabéns pelo pronunciamento.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Muito obrigado, Ver. Pedro Ruas. Nós vamos encaminhar essa discussão à Mesa Diretora, mas eu fiz questão de trazer aqui na tribuna, Presidente Idenir Cecchim, porque eu recebi essa informação através de uma ligação hoje de manhã no meu gabinete. Então, é necessário que a gente identifique de onde está partindo esse movimento de tentar boicotar as medidas de segurança aqui na Câmara de Vereadores e que a gente possa, de fato, ter a continuidade da implementação dessas medidas que estão apenas no seu início. Há outras ações que precisam ser elaboradas para que, de fato, nós tenhamos segurança nesta Casa ante as ameaças que nós recebemos desde o ano passado. E aproveito, a partir desta situação, para trazer um elemento de continuidade da campanha contra a violência política que nós estamos fazendo através da bancada negra, mas também articulados em nível nacional. Na semana passada, junto da Ver.^a Bruna Rodrigues, eu estive em São Paulo na reunião com o relator especial da Organização das Nações Unidas, Clément, veio do Togo, para observar no Brasil as condições da democracia no nosso País. Esse é um tema estratégico, infelizmente é a primeira visita que o Clément faz ao Brasil desde que ele ocupa o cargo de relator especial na ONU para liberdade de reunião e associação. Desde 2019, ele está tentando vir ao Brasil e até este momento havia sido impedido, porque, infelizmente, aquilo que é assegurado por diferentes tratados que o Brasil é signatário com relação aos direitos humanos e a liberdade democrática, não está sendo respeitado, nos últimos anos, pelo governo Bolsonaro. Agora, em abril de 2022, a alguns meses do processo eleitoral, o Clément veio ao Brasil observar as condições das liberdades democráticas, conversou com parlamentares em Brasília, com representações do Poder Judiciário, viajou a São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador. Teve momentos de diálogo com ambientalistas, com movimento social negro, indígenas, LGBT e um dos temas centrais foi a questão da violência política, que, desde 2018, com a tragédia do assassinato de Marielle Franco, vem numa escalada em nível

nacional. Nós fizemos questão de levar ao Clément um relatório sobre as condições que nós, vereadores e vereadoras negras da cidade de Porto Alegre, estamos enfrentando desde o nosso primeiro dia de mandato na cidade de Porto Alegre. Infelizmente, nós não éramos os únicos, tinham vereadores de São Paulo, teve uma reunião no Rio de Janeiro que reuniu parlamentares não apenas daquele estado, mas de várias regiões do País para apresentar esse quadro que, neste momento, faz com que a gente tenha dificuldade de exercer com plenitude o mandato que foi concedido pela população de Porto Alegre.

Vereadora Bruna Rodrigues (PCdoB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Boa tarde Ver.^a Mônica Leal, na presidência dos trabalhos, e a todos que nos acompanham. Ver. Matheus Gomes, eu quero, primeiro, reafirmar todas as tuas indicações. Nós sabemos o quanto é importante ter medidas de segurança que garantam os nossos mandatos e a nossa liberdade enquanto parlamentar. Nossa ida a São Paulo foi fundamental, a recepção do relator especial da ONU tem sido fundamental para que essa temática, o ataque aos mandatos negros e populares do Brasil inteiro sejam denunciados em nível nacional. Mas eu quero, vereador, inclusive para a nossa segurança, enquanto parlamentar, segurança moral, inclusive quero, Ver.^a Mônica, comunicar que acho absurdo o que tem acontecido aqui na Câmara de Vereadores quando solicitamos as passagens aéreas por esta empresa que administra: nós pagamos R\$ 17 mil para ir a São Paulo e voltar, indo num dia e voltando no outro, sendo que nós abrimos mão de diária. É inadmissível gastar R\$ 17 mil porque é imoral, inclusive, mas quero, Ver. Matheus, fazer esse registro, porque nós sabemos o quanto é importante ter responsabilidade com o recurso público e quero cobrar, da Câmara de Vereadores, medidas efetivas, que garantam a tranquilidade da atividade parlamentar, mas que garantam também, no sentido econômico, a responsabilidade com recurso público. Quero dizer que lá nós também debatemos a violência política de gênero, nós falamos da importância das mulheres que ocupam o Parlamento, inclusive da importância de medidas efetivas na valorização e no acesso da nossa juventude a oportunidades. Obrigado, Ver. Matheus.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Matheus Gomes prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Sintetizando nesta reunião com o relator especial da ONU, nós apresentamos a situação da bancada negra de Porto Alegre, os riscos que estamos correndo, desde o início de nosso mandato, a exigência da ampliação das investigações, bem como as medidas que o estado brasileiro deve tomar para prevenir esse tipo de situação num ano eleitoral que está sob ameaça de chantagens, que vêm acontecendo por parte do governo Jair Bolsonaro, e precisam também dessa instituição internacional ter o comprometimento de enviar ao Brasil observadores internacionais e garantir as condições para que o processo eleitoral aconteça com segurança e a opinião, a vontade da população brasileira seja respeitadas sem a interferência de ameaças por parte das Forças Armadas, sem a interferência de

fake news. Esse é um tema estratégico para a Câmara de Vereadores e para o nosso País como um todo.

Por fim, eu gostaria de abordar um tema referente às periferias da nossa cidade. Eu estive no Morro da Cruz no último sábado e fiquei abismado com os relatos que recebi das lideranças comunitárias da região que estão diante do problema de abastecimento de água. A Prefeitura de Porto Alegre, em cerca de 50 dias, conseguiu efetuar a instalação de apenas 137 caixas d'água no Morro da Cruz, na região de São José, isso significa que, ao longo desses dias, foram menos de três caixas d'água instaladas por dia pela Prefeitura de Porto Alegre, que decretou estado de emergência. Nós ainda não conseguimos identificar o porquê desse estado de emergência, porque o estado de emergência pressupõe medidas excepcionais do ponto de vista financeiro, de contratação de pessoal, de esforços da Prefeitura para que essa situação emergencial seja sanada, e nós não vimos isso acontecer. Eu sei que tem propostas de longo e de médio prazo que estão sendo debatidas pelo Município neste momento e nós queremos participar dessa discussão, fazer com que elas sejam, de fato, produtivas, para as periferias não só da Zona Leste, mas de toda a cidade de Porto Alegre. Só que nós estamos diante de uma situação, repito, emergencial, e essas medidas de caráter instantâneo, porque água é um direito essencial para reprodução das condições de vida, precisam ser tomadas por parte da Prefeitura e não estão sendo.

O prefeito Sebastião Melo, neste contexto de 250 anos da cidade de Porto Alegre, definiu uma preocupação, que é o cinturão aqui, que envolvem o 4º Distrito, o Centro Histórico, a orla, enquanto as nossas comunidades de periferia seguem amargando problemas estruturais e históricos, que necessitam de medidas urgentes para que tenhamos um pouco de dignidade nas nossas comunidades. É a falta de água na Zona Leste, é o tema da enchente, de todos os alagamentos que acontecem na Zona Norte, são questões de urgência que temos na região das ilhas, nas periferias que estão localizadas também na área central, que precisam de maior presença do DMAE, que precisam de melhor organização da coleta seletiva de lixo, esses temas têm que ser tratados com prioridade. Não adianta só olhar para o Centro, para aquela cidade que os turistas que vão vir participar de feiras, de congressos, os empresários que vão avaliar o negócio e dão de cara ali, quando entram em Porto Alegre, e deixar as nossas comunidades numa situação de muita falta de condições básicas para viver com dignidade na cidade de Porto Alegre.

Então, este era o recado que eu gostaria de dar, fica aqui o nosso pedido sobre o tema da segurança para o conjunto dos vereadores, é uma questão que nos interessa, nós temos que ser cuidadosos, identificar de onde estão vindo esses pedidos para que não existam medidas de segurança, um absurdo. E também para que a gente possa pressionar a Prefeitura, neste momento, a fazer medidas emergenciais lá na comunidade São José e também nas nossas periferias, que estão precisando muito de ações da Prefeitura. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Kaká D' Ávila.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a Ver.^a Mônica, presidindo os trabalhos neste momento; agradeço a cedência do Ver. Kaká. Quero focar num assunto que acho de extrema importância para todos nós. Quando o governo anterior extinguiu o IMESF, o governo Marchezan, ele deu um xeque-mate a 1.840 servidores da Atenção Básica. Só não demitiu, naquela ocasião, os agentes comunitários de saúde e os agentes de endemias. O governo, para tentar aproveitar, por força da lei, a Emenda Constitucional nº 51, e por eles terem feito concurso, não poderia demitir esses agentes comunitários de saúde, que seriam em torno de 800 servidores. No final do ano passado, o governo municipal atual mandou para esta Casa um projeto de lei, Ver. Pedro Ruas, admitindo a possibilidade de abrir cargos em extinção de 351 agentes comunitários e 81 agentes de endemias. O governo tinha que, Ver.^a Bruna, absorver os 800, porque fizeram concurso público. Agora, nesse último final de semana, recebemos a informação de que o setor jurídico dos agentes comunitários de saúde, tanto da Associação como do Sindicato, estão judicializando e firmando, baseados numa lei federal, que, por terem feito concurso público, não poderiam ter sido demitidos. Os primeiros oito que judicializaram já foram reintegrados. Não foi por falta de aviso, nós falamos aqui que o governo tinha de mandar um projeto de lei para absorver todos os agentes comunitários de saúde. Olhem o que aconteceu? Uma equipe do Programa de Saúde da Família que é da Atenção Básica tem um médico, um enfermeiro, dois técnicos de saúde, quatro agentes comunitários e um de endemias; dos quatro agentes comunitários, ficou um em cada equipe, eles demitiram quase todos. Sabem quantos ficaram em cada equipe? Um, em cada um dos 381 postos de saúde ou locais de saúde, para atender os cidadãos e cidadãs de Porto Alegre. Então, Ver.^a Mônica, nobre presidente, naquela ocasião, quando nós estávamos votando o projeto de lei, avisamos que, na medida em que for judicializado, seriam todos reintegrados; e é o que está acontecendo. Portanto, Governo Municipal, vamos ouvir mais a Câmara, vamos ouvir o que preconiza a Constituição. Na medida em que o cidadão faz um concurso público, ele tem um direito assegurado. Aí o governo decide que não, só vamos manter um agente em cada equipe, portanto “vamos demitir tantos, e quem não quiser que busque a justiça”. É uma coisa muito radical que, infelizmente, nos indignou e continua nos indignando. Agora, a Justiça está dando razão para o que nós encaminhamos. Poderiam ter absorvidos todos os agentes, não havia a necessidade de um trauma na vida do cidadão, Ver. Pedro Ruas. Não quiseram absorver por força de lei, não sei em que lei eles se basearam, e agora a justiça está dando um retorno aos agentes comunitários de saúde. Parabéns ao Sindicato, força a todos os trabalhadores da saúde que estão buscando o que é de direito, estão voltando para onde eles lutaram para ficar e para serem valorizados. Infelizmente, muitos governos não valorizaram e, agora, por força da lei, que a justiça seja feita. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver. Oliboni. O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Sra. Presidente, telespectadores da TVCâmara; colegas vereadores, quero tratar aqui de um assunto muito importante que andava meio esquecido, trata-se da aposentadoria especial dos guardas municipais. Nós estamos falando da questão da previdência complementar, que é importante também, mas, quando houve a reforma da previdência aqui no Município, fui um dos que defendeu a aposentadoria especial para os guardas municipais. Por óbvio; houve reforma na União, no Estado, deveria haver reforma também no Município. Mas, infelizmente, os guardas municipais não foram contemplados, não só no nosso Município, mas em muitos outros. Existe uma PEC que transforma os guardas municipais do Brasil em policiais municipais, transforma o guarda municipal em polícia municipal, e nós somos favoráveis a essa importante pauta. É claro que, por óbvio, quem trabalha na Brigada Militar, na Polícia Civil, na Polícia Penal, quem é bombeiro tem uma aposentadoria diferenciada, e isso é justo; mas, de certa sorte, ficaram de fora, injustamente, os guardas municipais, que também deveriam ter uma aposentadoria diferenciada. Recentemente esta Casa aprovou um projeto para que no concurso para a nossa Guarda Municipal, nossa futura Polícia Municipal, ingressassem servidores com até 25 anos – isso ajuda, é claro. Mas nós não podemos ter guardas municipais com 60, com 65 anos trabalhando nas ruas da nossa cidade e nas cidades no País afora. Então, sou favorável a essa pauta da aposentadoria especial dos guardas municipais, sou favorável à Polícia Municipal e quero deixar registrado daqui da tribuna que, como Vice-Presidente da Comissão de Segurança desta Casa, vou trazer esse tema importante para uma discussão na nossa comissão e vamos iniciar um trabalho por todo o Estado para fortalecer as nossas Guardas Municipais, nossa futura Polícia Municipal e tentar que se possa mudar a Constituição Federal, mudar a legislação complementar, e que a Guarda Municipal, de forma justa, junto com as outras forças de segurança também possa ter uma aposentadoria diferenciada.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Antes de entrarmos no período de Pauta, o diretor Luiz Afonso fará o pregão.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos as Emendas nº 01 e nº 02, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, ao PLL nº 056/21.

Apregoamos o requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque das Emendas nº 01 e nº 02 ao PLL nº 056/21.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0216/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 009/22, que dispõe sobre a criação do serviço público de Loteria no Município de Porto Alegre. **(SEI 118.00233/2022-08)**

PROC. Nº 0402/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 156/21, de autoria do Ver. Leonel Radde, que assegura às candidatas e aos candidatos indígenas a reserva de 2% (dois por cento) das vagas oferecidas em concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos nos órgãos da Administração Direta e nas entidades da Administração Indireta do Município de Porto Alegre. **(SEI 208.00117/2021-91)**

PROC. Nº 0476/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 180/21, de autoria do Ver. Leonel Radde, que declara como bem cultural de natureza imaterial do Município de Porto Alegre o Instituto Sociocultural Afrosul/Odomode. **(SEI 208.00140/2021-85)**

PROC. Nº 0608/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 236/21, de autoria do Ver. Leonel Radde, que obriga a instalação de painéis solares fotovoltaicos nas edificações pertencentes aos órgãos da Administração Direta e às entidades da Administração Indireta do Município de Porto Alegre e dá outras providências. **Com Emenda nº 01, do Ver. Leonel Radde. (SEI 208.00165/2021-89)**

PROC. Nº 1353/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 615/21, de autoria do Ver. Claudio Janta, que declara o Mercado Público como símbolo de humanização e solidariedade no Município de Porto Alegre. **(SEI 024.00169/2021-89)**

PROC. Nº 0205/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 106/22, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina Rua Altamira Souza Viana o logradouro público conhecido como Rua I, localizado no Bairro Restinga. **(SEI 034.00139/2022-43)**

PROC. Nº 0209/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 007/22, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que concede a Comenda Porto do Sol a Cinara Vianna Dutra Braga. **(SEI 161.00040/2022-03)**

PROC. Nº 0212/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 008/22, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao senhor Lucas Tres Arena de Souza. **(SEI 023.00011/2022-91)**

PROC. Nº 0220/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/22, de autoria do Ver. Kaká D'Ávila, que concede a Comenda Porto do Sol ao Sr. José Carlos de Azevedo Moreira. (SEI 219.00022/2022-47)

PROC. Nº 0196/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 007/22, que autoriza o Poder Executivo a contratar 27 (vinte e sete) Engenheiros Civis e 23 (vinte e três) Arquitetos, por tempo determinado, a fim de atender à necessidade temporária de excepcional interesse público. (SEI 118.00226/2022-06)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0036/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 011/20, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que denomina Rua Paulina de Jesus, Rua Osni dos Santos e Rua Solange Terezinha Barbieri, respectivamente, os logradouros públicos cadastrados conhecidos como Rua Três Mil e Noventa e Um – Loteamento Vila Dutra Jardim –, Rua Três Mil e Noventa e Dois – Loteamento Vila Dutra Jardim – e Rua Três Mil e Noventa e Três – Loteamento Vila Dutra Jardim –, localizados no Bairro Santa Rosa de Lima. (SEI 021.00022/2020-19)

PROC. Nº 1295/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 574/21, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que inclui § 10 no art. 51 da Lei nº 8.279, de 20 de janeiro de 1999 – que disciplina o uso do mobiliário urbano e veículos publicitários no Município e dá outras providências –, e alterações posteriores, estabelecendo que o órgão competente poderá autorizar a instalação de veículo de divulgação na Orla do Lago Guaíba nas condições que especifica. (SEI 038.00089/2021-10)

PROC. Nº 1370/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 623/21, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que inclui incs. VI e VII e §§ 7º e 8º no art. 6º da Lei nº 12.583, de 9 de agosto de 2019, alterada pela Lei nº 12.926, de 15 de dezembro de 2021, ampliando o rol de contrapartidas conferidas ao adotante de equipamentos públicos e verdes complementares. (SEI 220.00180/2021-12)

PROC. Nº 0010/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 003/22, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que altera a ementa e o art. 1º-A e revoga os arts. 1º e 2º, todos da Lei nº 6.643, de 18 de julho de 1990 – que proíbe a comercialização de brinquedos que sejam réplicas em tamanho natural de armas de fogo –, alterada pela Lei nº 10.171, de 30 de janeiro de 2007, excluindo a proibição de comercialização de brinquedos que sejam réplicas de armas de fogo e proibindo o porte, o transporte, o uso e a disponibilização de brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo em creches, escolas de educação infantil e de ensino fundamental, públicas ou privadas, em funcionamento no Município de Porto Alegre. (SEI 220.00003/2022-17)

PROC. Nº 0174/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 093/22, de autoria do Ver. Pablo Melo, que concede o Título Honorífico de Cidadão de Porto Alegre a Milton Melnick. (SEI 218.00019/2022-24)

PROC. Nº 0201/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 103/22, de autoria da Ver^a Psicóloga Tanise Sabino, que denomina Rua Meracy Martins da Silva o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Sete Mil Cento Cinquenta Cinco, localizado no Bairro Restinga. (SEI 215.00017/2022-38)

PROC. Nº 0918/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 045/21, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre ao Grupo Imóbi. **Com Emenda nº 01, do Ver. Moisés Barboza.** (SEI 036.00082/2021-08)

PROC. Nº 0063/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/22, de autoria do Ver. Kaká D'Ávila, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao senhor Jorge Luiz Candido dos Santos “Jorjão Master”. (SEI 219.00007/2022-07)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h50min.)

* * * * *